

Jornal do SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES
Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins

ANO XXII - Nº 189 - JUNHO DE 2011
www.sindiseab.org.br



Urgente: Postos de Fiscalização necessitam de investimentos

Na última edição do Jornal do SINDISEAB foi noticiado que os postos de fiscalização sanitária e fitossanitária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, estão em estado precário. Agora veja a realidade de alguns postos que cuidam para que não entrem produtos proibidos em nosso estado e que fiscalizam a circulação animal e vegetal no Paraná.

Leia mais na **Página 3**



Diamante do Norte

Itaguajé



Terra Rica



São José

Participe do Concurso Cultural do SINDISEAB

Até o dia 26 de julho você pode enviar uma proposta de arte para a nova logomarca do SINDISEAB. São R\$ 1.500,00 em prêmios, veja o regulamento em nosso site www.sindiseag.org.br ou Blog. Participe e divulgue!

EDITORIAL

Dia mundial do meio ambiente - O que comemorar?

As autoridades do mundo, do Brasil e do Paraná alardearam e exaltaram o dia mundial do meio ambiente. Fizeram comemorações, divulgaram ações, enfim, se promoveram como os defensores e protetores do meio ambiente.

Entretanto, a realidade ambiental vivida e existente não justifica esta grande "festa" institucional, senão vejamos:

Na questão global estudos científicos comprovam que a temperatura da terra continua a aumentar, comprometendo as condições de vida saudável e digna no planeta. As alterações climáticas daí decorrentes estão a agravar a destruição da camada de ozônio, aumentando o degelo da terra, com elevação do nível do mar, o que já está acarretando inundações de faixas litorâneas, afetando toda a biodiversidade. O que falar do êxodo humano, da extinção das cidades, vilas em face da falta de água já existente no mundo, decorrente da poluição ambiental. E a contaminação do ar decorrente da atividade industrial, enfim, o que aditar à realidade destruidora do meio ambiente no mundo, que afeta as condições de vida no planeta, repercutindo significativamente na economia global.

Reafirmamos que se a realidade ecológica do planeta não for alterada através da luta dos povos seremos todos afetados já que a nossa omissão compromete efetivamente as condições dignas de vida das futuras gerações.

No Brasil a situação não é diferente. Aprofunda-se a degradação ambiental pela ausência de sensibilidade das autoridades constituídas sobre o tema. Aliás, com a efetiva complacência dos entes estatais que tutelam o meio ambiente. Os serviços públicos de controle e fiscalização continuam sucateados e deficientes de pessoal. A intervenção política nos entes públicos é prática rotineira. Retornam-se os desmatamentos e queimadas, os licenciamentos de grandes obras hidroelétricas se intensificam, a reforma do Código Florestal aprovado pela Câmara Federal importa em retrocesso e compromete os remanescentes florestais, em especial a mata atlântica, o cerrado e a floresta amazônica, beneficiando e anistando os predadores e contumazes destruidores da natureza. A ausência e o descumprimento de zoneamento econômico ambiental tanto no meio urbano como rural está afetando as condições ambientais. Portanto, perdura e se aprofunda a destruição dos recursos ambientais no Brasil.

No Paraná a realidade não é diferente. O "novo" governo permanece insensível às necessidades dos órgãos públicos ambientais, especialmente quanto a reposição de pessoal, já que há mais de 20 anos que não há concurso público na SEMA/IAP/Instituto das Águas. Éramos mais de 1200 servidores e hoje não passamos de 600. Editam-se instrumentos normativos que ofendem a legislação de proteção da Mata Atlântica consoante dispõe a Lei Federal nº 11.428/2006 e Decreto Federal 6.660/2008, como recentemente ocorreu com publicação da Portaria nº 079/2011/IAP,

situação denunciada pelos próprios servidores que não mereceu nenhuma providência da direção do IAP. A qualidade dos recursos hídricos do Paraná está cada vez mais comprometida apesar do aumento significativo do repasse atinente ao ICMS Ecológico aos Municípios. Os "poluidores institucionais" continuam imunes e impunes como é o caso da SANEPAR e COPEL. Os termos de compromissos e ajustamentos de condutas não são cumpridos sem quaisquer providências dos entes públicos, aliás, os passivos ambientais não são corrigidos. As medidas mitigadoras e/ou compensatórias e as multas aplicadas nos procedimentos administrativos respectivos, decorrentes das atividades de fiscalização e controle tornaram-se "barganha" no âmbito da gestão pública ambiental, as instâncias coletiva e de participação da sociedade não funcionam em face da omissão do Estado, enfim, no Paraná, da mesma forma, a gestão pública do meio ambiente continua omissa e complacente com a realidade da degradação ambiental, apesar das contribuições e propostas dos servidores para melhorar os serviços ambientais prestados ao povo. Exemplo desta assertiva é o documento conclusivo do Seminário Estadual do Sistema SEMA produzido pelo SINDISEAB e entregue a todas as autoridades que deve estar esquecido em "alguma gaveta de algum gabinete".

Reafirmamos que a realidade supra não tem a anuência e a participação dos servidores do meio ambiente que desejam e tentam a todo o momento cumprir com suas atribuições e deveres atinentes a proteção à natureza. A responsabilidade é exclusivamente das autoridades do Estado do Paraná, em especial as dos entes públicos que continuam insensíveis e "surdas" às sugestões e críticas dos servidores e de suas legítimas representações. Frise-se que estas autoridades demonstram ser avessas à participação da coletividade já que não fomentam e não fazem funcionar os Conselhos sejam Municipal e Estadual existentes que tratam da questão ambiental, aliás, no plano administrativo sequer exercitam a prática da elaboração de planejamento estratégico na gestão pública ambiental.

Caso a gestão estatal do meio ambiente efetivasse a participação popular, dos entes de representação e dos próprios servidores, com a oitiva e implementação das sugestões críticas e contribuições dadas, não temos dúvida que a realidade seria outra, de mais conservação e preservação dos bens ambientais.

Por último, lembramos que a natureza é a perfeita e harmoniosa criação de DEUS e afrontá-la, degradando-a importa em desagradar a sua vontade e ensinamento.

Portanto, a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente deve ser o "norte verdadeiro" da existência humana visando efetivar o compromisso com a vida saudável e digna às futuras gerações, bem assim, em respeito à criação divina.

Enquanto isso não se realizar, nada a comemorar neste dia mundial do meio ambiente!

Governo apresenta proposta de novo sistema de saúde

No dia 07/06, o secretário de Administração e Previdência (Seap), Luiz Eduardo Sebastiani, e o superintendente do Departamento de Assistência à Saúde (DAS), José Fernando de Macedo, apresentaram uma proposta do novo sistema de saúde dos servidores públicos estaduais, que substituirá o Sistema de Assistência de Saúde (SAS), em uma reunião com o Fórum Entidades Sindicais (FES), conforme enviamos via malote a todos os Núcleos/dirigentes Sindicais e está veiculado em nosso site.

Macedo informou que o modelo contemplaria um sistema solidário de financiamento, entre governo e servidores, havendo progressividade na contribuição conforme a remuneração. Este

ponto não está claro para o FES, outra questão que também precisa ser debatida é a gestão e fiscalização dos serviços prestados.

Os sindicatos do FES se reuniram no dia 14/06 e deliberaram que todas as entidades devem fazer o debate com suas bases para que em agosto seja realizado um seminário estadual com a participação do governo e dos trabalhadores, e assim todas as dúvidas sejam sanadas e encaminhamentos sejam dados.

O Fórum defende o modelo de autarquia, pelo qual o Estado cumpra, no mínimo, os valores previstos na Constituição Estadual de 3% da folha de pagamento e que a contrapartida seja debatida pelas categorias.

Linhas gerais do novo modelo

- 1. Coparticipação** - Sistema solidário de participação do Estado e dos servidores, baseando-se na Constituição Estadual que dispõe nos artigos 34, inciso XIV, e 42, sobre um Fundo de Serviços Médicos Hospitalares, financiado com percentual de 2% (dois por cento) do salário base do servidor; o valor a ser descontado, contudo, ainda será debatido;
- 2. Fator moderador** - para poder regular o sistema, coibir abusos no uso do sistema e gerenciá-lo com mais eficiência, o sistema modulará custos;
- 3. Alto custo** - O Estado vai contratar um seguro saúde para os procedimentos intra-hospitalares (cirurgias, próteses e órteses e demais procedimentos de alto custo de que o servidor necessita);
- 4. Sistema descentralizado** - serão firmados convênios com hospitais, clínicas e médicos em todo o Estado;
- 5. Tripé de funcionamento** - o novo sistema deve atender servidores, hospitais e governo;
- 6. Informações** - o Portal do Servidor disponibilizará todas as informações sobre o novo sistema para consulta aos servidores;
- 7. Não obrigatoriedade** - no início deste novo sistema de saúde, todos servidores ativos, aposentados e pensionistas serão integrados, na sequência poderão se desligar, caso desejem;
- 8. Adesão** - é importante que todos os servidores do Estado possam fazer parte deste Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, pois quanto mais recursos para o fundo de saúde que se constituirá, melhor será o sistema de saúde.

No dia 14/06 o Fórum se reuniu e deliberou em encaminhar para debate as propostas com ressalva a questão de gestão e da contrapartida/co-participação.

No mês de agosto/2011 haverá um seminário promovido pelo Governo e pelo Fórum para aprofundamento do tema. Mais informações acesse o www.sindiseab.org.br.

Veja o diagnóstico de alguns Postos de Fiscalização da Seab

Adapar vai para Alep

O SINDISEAB entregou ao Secretário de Agricultura, Noberto Ortigara, o documento com as considerações do coletivo de servidores da Seab sobre o projeto da Adapar - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná. No início de junho o Sr. Norberto divulgou uma carta com o título "Fortalecimento do Serviço de Defesa Sanitária". Do conteúdo da carta destacam-se os seguintes tópicos:

- o Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária pode ser reajustável e integrar a base de contribuição para previdência equiparando a remuneração dos Agentes Profissionais e Execução do Defis com a tabela da Adapar.

- a projeto da Adapar será entregue ao governador que encaminhará à Assembleia Legislativa.

- aos servidores não contemplados com a Adapar (AA, AE e AP) há negociação para implantação de Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico, incorporada ao salário e com contribuição à previdência, assim quando o servidor se aposenta leva o valor em seu benefício.

O SINDISEAB protocolou dois ofícios sobre a Adapar (SID 10.857.302-3 e 10.783.891-0).

O SINDISEAB participou junto com os servidores das discussões com o governo, agora a negociação será na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), e o SINDISEAB continuará a defender os pontos que não foram atendidos, como por exemplo que seja aberta a possibilidade para que todos os servidores sejam Agentes de Apoio, Execução ou Profissional tenham a oportunidade de escolher se querem ou não migrar para a Adapar.

Dia 20/06, às 14h está marcada uma reunião na Seab para tratar novamente da Adapar. Fique atento e participe!

Diamante do norte

Localizado na divisa com São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Ponto Crítico: É um posto de grande movimento, que precisaria no mínimo quatro servidores, hoje apenas há um servidor por plantão. A estrutura física é de madeira cedida pela SEFA e está, literalmente, ruindo com inclinações visíveis a olho nu. Móveis e equipamentos estão sucateados.

São José

Está no município de São Pedro do Paraná, divisa com Mato Grosso do Sul. O posto funciona com um servidor por plantão (escala de 24X72).

Ponto crítico: A estrutura de comunicação é dotada de telefone e internet que funciona precariamente. Móveis e equipamentos estão sucateados.

Itaguajé

Localizado no município de Jardim Olinda, divisa com São Paulo e Mato Grosso do Sul. É um posto de médio movimento que necessita de no mínimo quatro servidores por plantão, hoje opera com apenas dois.

Ponto Crítico: Não há transporte oficial. A estrutura física é de madeira cedida pela SEFA e está toda comprometida, com instalações hidráulicas e elétricas danificadas. Telefone e internet não funcionam. Não há manutenção elétrica e a noite o posto fica no escuro. O posto está em um local isolado e perigoso, rota de contrabando de drogas e defensivos, sendo comum ocorrências policiais envolvendo furtos, roubos e assaltos à mão armada em fazendas, ônibus, comércio e veículos. A orientação é para que os servidores não façam o trabalho de pista, pois não há segurança policial.

Terra Rica

Localiza-se na divisa com São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Ponto Crítico: O posto está em um local isolado e perigoso são cerca de 20 km em estrada de terra da cidade de Terra Rica. Servido por balsa do outro lado do Rio está a cidade de Euclides da Cunha Paulista. O maior perigo é à noite, quando a balsa pára. Em uma situação de emergência não há telefone e o socorro chegará apenas no outro dia pela manhã, apenas um servidor fica no local. A estrutura física é de madeira cedida pela SEFA e já está em condição de regular para ruim.

Realidade comum

Estes servidores trabalham há mais de 20 anos nas barreiras sanitárias e são agentes de apoio e execução.

Nos feriados e nos demais turnos os próprios plantonistas são obrigados a cozinhar e fazer os serviços de limpeza.

Para São José, Terra Rica e Diamante do Norte o transporte oficial é disponibilizado apenas para alguns poucos servidores os outros vão de carona ou ônibus para o posto de fiscalização.

:: Principais reivindicações e propostas sobre as "Barreiras"

Gratificação de Insalubridade (GI): Por estarem expostos a agentes prejudiciais à saúde os trabalhadores tem direito a GI e a equipamentos de proteção individual (EPI).

Gratificação de Periculosidade (GP): Os servidores das barreiras também tem contato direto com o trânsito de pistas e auto-estradas, além de lidar com os ânimos alterados de alguns fiscalizados, por isso a GP é necessária.

Adicional Noturno: Pela condição do trabalho (trabalha-se à noite e por escalas), é justo que se pague este adicional previsto na legislação vigente.

Serviços extraordinários (Horas Extras): Trabalha-se 48 horas semanais, em média. Não se recebe nenhum adicional por isso. Horas trabalhadas em feriados e finais de semana não são pagas em dobro.

Meio de transporte: Até fevereiro de 2009 os fiscais de barreiras do DEFIS recebiam da CLASPAR R\$ 500,00 mensais como ajuda de custo para transporte, alimentação, etc. Quando o DEFIS/SEAB assumiu os Postos essa ajuda deixou de ser paga. É responsabilidade dos Núcleos Regionais disponibilizar veículos para o transporte diário dos fiscais até as barreiras, mas os núcleos

alegam que não há veículos nem recursos para a manutenção. Os servidores não podem continuar sendo obrigados a deslocarem-se com veículos particulares, pagar passagens de ônibus, ou pedir carona nas rodovias.

Concurso público: Até 2010 as barreiras sanitárias operaram com funcionários temporários e um grupo de funcionários de carreira pertencentes ao DEFIS/SEAB. Hoje a situação é de desfalque com a falta de pessoal.

Solução para os desenquadrados: Há anos funcionários que possuem formação exercem funções e respondem como AGENTE DE EXECUÇÃO, mas recebem o salário de AGENTE DE APOIO. Muitos, ao longo dos anos, conquistaram o diploma universitário e até de especialista em algumas áreas, mas o Estado os ignora.

Os Postos de Fiscalização necessitam de atenção prioritária é urgente a melhoria estrutural, móveis, equipamentos, veículos, serviços de apoio (segurança, alojamento, alimentação), entre outros.

O SINDISEAB protocolou Ofício 25 na Seab com as reivindicações dos servidores que trabalham nos postos fiscais da Seab (SID 10.857.308-2)

Participe das Plenárias Regionais

Tendo como comprometimento de nossa gestão sindical, a organização por local, fortalecimento dos núcleos sindicais e dos coletivos (Jurídico, Saúde, Previdência, Formação e Aposentados), visando a elaboração de políticas públicas para melhoria dos serviços prestados, tendo como base o documento final do Seminário Estadual do Meio Ambiente, as propostas relativas à Criação da Adapar e melhoria dos Postos de Fiscalização da Seab, entre outras motivações que justificam o debate entre a direção, executiva e Núcleos sindicais, propomos calendário, e pauta para as plenárias regionais abaixo:

Julho

Calendário de Plenárias

04 Segunda-Feira 9h às 12h Jacarezinho 14h às 17h Cornélio Procópio	05 Terça-Feira 9h às 12h Londrina	06 Quarta-Feira 9h às 12h Maringá	07 Quinta-Feira 9h às 12h Paranavaí
18 Segunda-Feira 9h às 12h Campo Mourão 14h às 12h Engenheiro Beltrão	12 Terça-Feira 14h às 17h Francisco Beltrão	13 Quarta-Feira 9h às 12h Pato Branco	14 Quinta-Feira 9h às 12h União da Vitória
	19 Terça-Feira 9h às 12h Ivaiporã 14h às 12h Pitanga	20 Quarta-Feira 9h às 12h Guarapuava	21 Quinta-Feira 9h às 12h Iratí
		27 Quarta-Feira 9h às 12h Litoral	28 Quinta-Feira 14h às 17h Ponta Grossa

Agosto

01 Segunda-Feira 9h às 12h Foz do Iguaçu 14h às 17h Cascavel	02 Terça-Feira 9h às 12h Toledo	03 Quarta-Feira 9h às 12h Umuarama e Cianorte 14h30 às 17h30 Cruzeiro do Oeste
---	--	---

Questões Organizativas

- Abertura da Plenária - filme;
- Organização por local de trabalho (OLT), escolha e posse de representante (onde não houver);
- Informes sindicais- financeiro, reestruturação física, políticas setoriais;
- Atualização Cadastral- informes e providência;
- Entrega do Kit do SINDISEAB (boné, caneta e camiseta).

Pauta de Reivindicação

- Reajuste Salarial;
- Promoções e Progressões (Decreto 7774);
- Desenquadrados/tabela de classes especiais;
- Gratificação por Exercícios de Encargos Especiais (GEEE);
- Hora Extra;
- Adapar/Barreiras;
- SAS/Paranaprevidência.

Coletivos

- Informes gerais (comunicados: Saúde, Jurídico, Formação, Aposentados);
- Relatório das Ações Judiciais;
- Encaminhamentos.

Demandas Regionais

Contamos com a presença de todos, ajude-nos a divulgar este calendário. Quanto ao local da realização das plenárias e demais infra estrutura, deverão ser providenciadas pelas direções dos núcleos sindicais do interior.

Esclarecemos que toda as despesas para realização das plenárias correrão a conta do SINDISEAB, bastando que as direções dos núcleos sindicais do interior nos comunique.

»»» RAPIDINHAS

Progressão - Decreto 7774/2010

Como já constou em nossos meios de comunicação a reivindicação de extensão aos agentes de apoio e execução dos benefícios contidos no Decreto 7774/2010 integra a nossa pauta e a do Fórum/FES que está em processo de negociação com o Governo. Reafirmamos que no processo de negociação há o convencimento das partes de que é necessário, urgentemente, atender este justo pleito. O Governo tem alegado que não tem caixa neste momento já que quitou o reajuste (data base - 6,5%) em maio, aditando 48 milhões à despesa de pessoal.

Entretanto, estamos lutando e argumentando sobre a importância e a necessidade de tratamento igualitário entre os servidores. Para tratar do assunto e dos outros itens da nossa pauta de reivindicação está designada audiência em junho entre o Fórum/SINDISEAB e a SEAP/Governo quando voltaremos a tratar do assunto, aliás, na última mesa de negociação o Governo se comprometeu a implantar esse direito, se possível em julho. O impasse é quanto ao pagamento retroativo a dezembro/2010.

Em conclusão: O governo reconhece a justiça do pleito entretanto, alega falta de recursos financeiros para implantar a extensão (decreto 7774/2010) aos AA e AE.

Reiteramos a informação de que a assessoria jurídica do SINDISEAB já tem pronta a petição inicial visando propor ação judicial atinente a extensão do Decreto 7774/2010 aos agentes de apoio e execução, de forma gratuita e sem qualquer custos aos nossos filiados, caso a negociação que está

sendo efetivada pelo Fórum/SINDISEAB com o Governo/SEAP, que se esgota no mês de julho/2011, não tenha êxito, aliás, como já fizemos com as ações judiciais já deferidas pela justiça referentes a 1ª e 2ª promoções.

Por isso, estranhamos a descabida e inoportuna iniciativa da ASSEMA que em atuação paralela e onerosa está "agenciando" esta ação judicial impondo aos seus associados gastos significativos para reivindicar o direito, além de atrapalhar a negociação que ora se efetiva com o Governo sobre o tema. Fazemos este registro porque entendemos que a ASSEMA deveria estar preocupada com as melhorias das Colônia de Férias, como a de Ipanema que está inabitável, com a retomada das cantinas que perdemos, com a retomada da assistência médica e odontológica que tínhamos, com a retomada dos dormitórios na sede da SEMA/IAP, com a redução da mensalidade associativa (como está fazendo a AFSEAG em conjunto com o SINDISEAB), enfim, a ASSEMA deveria estar preocupada com as questões assistenciais e de lazer aos seus associados ao invés de praticar atividades paralelas àquelas que já são realizadas e desenvolvidas pelo SINDISEAB.

Apesar da negociação, cada servidor poderá mandar e-mail ao Governo do Estado (acessar o site www.pr.gov.br no link contato no final da página e depois em "fale com o governador") cobrando esta reivindicação, como alguns servidores já fizeram, aliás, iniciativa que a ASSEMA poderia apoiar e ajudar.

Servidores conquistam reajuste de 6,5%

Depois de muita negociação e luta os servidores conquistaram o reajuste de 6,5% que foi anunciado pelo governador no início de maio (Lei nº 16.814 de 19/05/2011).

Cumprir a data base é obrigação do governo já que existe lei para isso. A nova tabela está disponível em nosso site, e os salários dos servidores já receberam o reajuste na folha de pagamento de junho.

Para os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), inicial de cada carreira fica assim (referência 1, Classe III): Agente de Apoio R\$ 745,99, Agente de Execução R\$ 1.118,97 e Agente Profissional R\$ 2.685,55.

O percentual de reajuste corresponde ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrado nos últimos 12 meses, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado tem 151 mil servidores ativos, 72 mil aposentados e 25 mil pensionistas e o impacto financeiro mensal do aumento na folha de pagamento será de R\$ 47 milhões, valor que já consta na previsão orçamentária do Estado. O total da folha passa de R\$ 740 milhões para R\$ 787 milhões.

Divulgue e socialize esta informação entre todos os nossos filiados